

IMPrensa E POLÍtica NO BRASIL: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica

Márcia Pereira da Silva
Doutora em História
Docente – UNESP/ Franca

Gilmara Yoshihara Franco
Doutoranda em História - UNESP/ Franca

RESUMO: Meio privilegiado na veiculação de matérias acerca das transformações políticas ocorridas no Brasil na transição do século XIX para o XX, a imprensa é pensada neste artigo enquanto fonte de pesquisa, privilegiando as análises do político. Tratamos especificamente dos jornais, em uma abordagem bibliográfica que tem a pretensão de auxiliar àqueles que trilham os primeiros passos em pesquisas que utilizam esse *corpus* documental.

PALAVRAS-CHAVE: jornais, Brasil, pesquisa.

ABSTRACT: Privileged means in disseminating materials about the political changes occurred in Brazil in the transition from the nineteenth to the twentieth century, the press is considered in this article as a source of research, focusing on analysis of the politician. We deal specifically with newspapers, in a bibliographic approach that purports to assist those who walk the first steps in researches that use this corpus of documents.

KEY-WORDS: newspapers, Brazil, research.

Introdução

Consideramos, para este trabalho, a história da imprensa no Brasil a partir da Independência do país. Neste período, como afirma Isabel Lustosa (2000: 16), especificamente sobre os anos de 1821 a 1823, a imprensa “*se destaca pela intensa participação na busca de uma definição do formato político que a nação brasileira tomaria*”.

Nos primeiros periódicos os textos tratavam de questões de interesse local, mesmo que fossem de temática nacional; as pessoas escreviam com menor ou maior liberdade,

mas se reportavam a questões com as quais se envolviam diretamente. Ao se perguntar para quem escreviam os jornalistas do início do século XIX concluiu Isabel Lustosa (2000: 26): “... *uns para os outros e para D. Pedro*”. Nota-se que o tema central de cada periódico era dado pelos interesses daqueles que escreviam; mais tarde dirá respeito especialmente ao público, por ocasião do advento da indústria cultural.

Em fins do século XIX, notadamente com a modernidade, a imprensa ganhou as dimensões pelas quais até hoje a conhecemos. Neste período é preciso considerar a economia de mercado, a sociedade de massa e os elementos naturalmente oriundos destas: a grande tiragem, o valor de troca e a coisificação das palavras impressas. Tudo isso nos remete, naturalmente, à indústria cultural.

Consideramos indústria cultural como sendo

a produção e disseminação de produtos culturais para consumo em massa, ou seja, o consumo de um grande número de pessoas em diferentes lugares, independentemente das particularidades culturais. Tal produção é realizada em geral pelos meios de comunicação e está interligada à atividade industrial propriamente dita. Jornais, revistas periódicas, programas de TV, livros, revistas em quadrinhos, músicas, filmes são exemplos de produtos culturais que passaram a fazer parte da sociedade de consumo (...) (SILVA; SILVA, 2005: 225-226).

Assim, a imprensa, nas dimensões como nós a conhecemos, é um fenômeno da modernidade. Desde a concepção da máquina de tipos móveis elaborada por Guttenberg no século XV, a palavra impressa em livros, revistas, jornais e panfletos intensificou a divulgação do saber, de ideologias, ampliou o universo da ficção, colocou em circulação um saber que até então estava restrito às bibliotecas e a um grupo limitado de pessoas.

Na medida em que as sociedades ocidentais se urbanizavam, a indústria se tornava crescente; a burguesia almejava reconhecimento intelectual e político, as universidades expandiam-se, a busca pelo comércio marítimo estimulava o desenvolvimento e a cartografia; simultaneamente, as tipografias dinamizavam, sob diversos suportes, a disseminação da palavra escrita. Dentre todos esses movimentos, as Reformas Religiosas merecem nota em função do papel destacado que o uso da palavra impressa teve para difundir as novas idéias que circulavam pelo cenário religioso europeu (EISENSTEIN, 1998).

Num ritmo distinto, porém não menos instigante, a imprensa acompanhou e protagonizou momentos importantes da história no Brasil. Instalada oficialmente em 1808, com a chegada da família Real, mesmo contando com um público restrito de leitores, a

circulação de livros e de jornais esteve diretamente ligadas a movimentos como a Inconfidência Mineira, a Revolução Praieira, a libertação dos escravos e a difusão dos ideais republicanos.

Na virada do século XIX para o XX, paralelamente aos desdobramentos da implantação da República, da abolição da escravatura e do fim do Império, intensificaram-se a urbanização e a industrialização do Brasil. Esse processo de transformação, de conjuntura complexa e multifacetada, foi acompanhado de perto pela imprensa. Com crescente influência junto à parte significativa da sociedade brasileira desde a segunda metade do século XIX, mesmo considerando as dimensões físicas do país e a demora em se fazer chegar notícias às regiões mais distantes, a difusão da informação por meio da imprensa escrita desempenhou papel de relevo no registro dos acontecimentos e das transformações pelas quais passava a sociedade brasileira.

O final do século XIX marcou o momento de transformação da imprensa, sobretudo nos centros urbanos mais destacados. Ali, junto com uma maior concentração populacional e industrialização, ocorreu também “*a transição da pequena à grande imprensa. Os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamentos gráficos necessário ao exercício de sua função*” (SODRÉ, 1977: 315).

Além de mudanças na forma administrativa, tornando a imprensa gradativamente um empreendimento empresarial, houve transformações tecnológicas: “*o cinematógrafo, o fonógrafo, o gramofone, os daguerreótipos, a linotipo, as Marinonis são algumas das tecnologias que invadem a cena urbana e o imaginário social na virada do século XIX para o XX*” (BARBOSA, 2007: 21). A sensação era a de que o Brasil acompanhava as tendências dos principais países ocidentais: “civilização” era a palavra de ordem para aqueles momentos iniciais do século XX.

As já mencionadas transformações não significaram o fim das pequenas tipografias nas grandes cidades, tampouco em regiões mais afastadas, locais em que perdurou por bastante tempo esse tipo de parque gráfico, denominado pela historiografia especializada de pequena imprensa. Nas oficinas tipográficas de menor porte predominavam pequenos grupos ou iniciativas individuais. De qualquer modo, materializada em pequenas e/ou crescentes empresas, a difusão da palavra escrita se tornou importante registro da História dos homens em sociedade.

Interessa-nos aqui o trabalho histórico com a imprensa na contemporaneidade, ou seja, no contexto em que a mesma já deve ser pensada considerando referenciais da já mencionada indústria cultural.

A pesquisa do político por meio da imprensa

Em acontecimentos que precederam a Proclamação da República, como a campanha abolicionista, o movimento dos republicanos e o dos militares descontentes com a política imperial, exercitou-se o uso dos jornais para a veiculação de opiniões e a disputa de espaços de poder. Tais acontecimentos ganharam “dimensão pública” e densidade política por meio das páginas de periódicos que circulavam pelas ruas e praças das cidades, envolvendo diversos segmentos sociais nos debates colocados em torno das questões levantadas à época.

A imprensa, enquanto instrumento de visibilidade dos fatos, pretendeu consolidar junto ao grande público “a imagem do jornalismo como formador da realidade e da atualidade” (BARBOSA, 2007: 24). Entretanto, como escrevem Cruz e Peixoto (2007: 257) citando Darnton, “é preciso pensar sua inserção histórica enquanto força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos, atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica”.

Ainda sobre os últimos anos do Império no Brasil, escreveram Tânia Regina de Luca e Ana Luiza Martins (2008: 73):

O ano marco de 1870 vem carregado de significados. A fundação do *Partido Republicano*, a criação do jornal *A República* e o lançamento do *Manifesto Republicano*, redigido pelo bacharel e jornalista Quintino Bocaiúva, secundado pelos também bacharéis e jornalistas Saldanha Marinho e Salvador de Mendonça, balizaram o uso exaustivo da imprensa a serviço da causa republicana (grifo das autoras).

Acreditamos na relevância da imprensa enquanto registro privilegiado da História contemporânea.

A escolha da mídia impressa como fonte de pesquisa do político no Brasil não é recente, como mostram os trabalhos de Carvalho (1987, 1990) e Capelato (1998). O estreitamento dos laços entre pesquisa histórica e jornais impressos têm, cada vez mais,

atraído a atenção de pesquisadores, sejam àqueles ligados ao estudo do político ou a outras vertentes da análise historiográfica. Como observado por Luca (2006: 130),

os exemplos poderiam ser multiplicados, mas importa destacar que (...) a importância da palavra impressa nos periódicos está plenamente assente. O seu uso generalizou-se a ponto de se tornar um dos traços distintos da produção acadêmica brasileira a partir de 1985.

Entretanto, tomar o jornal como fonte não significa pensá-lo como receptáculo de verdades; ao contrário, o que se propõe é pensá-lo a partir de suas parcialidades, a começar pela observação do grupo que o edita, das sociabilidades que este grupo exercita nas diferentes conjunturas políticas, das intenções explícitas ou sutis em exaltar ou execrar atores políticos. Em outras palavras, observar as múltiplas vinculações que a fonte tece com o meio propicia ao pesquisador “*olhar os documentos e decodificá-los a partir de seus usos e finalidades*” (SAMARA; TUPI, 2007: 61).

Tal postura diante do jornal enquanto *corpus* documental está relacionado às discussões que redimensionaram o estudo do político e recuperaram do limbo da academia análises que vinham sofrendo duros ataques desde o início do século XX, bem como à ampliação do diálogo entre História e disciplinas como Antropologia, Sociologia e Ciências Políticas.

Entre os principais nomes do período da retomada do estudo do político, ou “*revivescência*” como preferem alguns pesquisadores, destaca-se Jacques Julliard. Em texto inaugural publicado na década de 1970, Julliard (1989: 81) afirmou que “... *nada se ganharia em continuar a confundir as insuficiências de um método com os objetos aos quais ele se aplica*”. Neste texto, o autor colocou em questão o ponto nevrálgico das abordagens que têm o político como o foco central: o problema, segundo Julliard, era de ordem diversa e não residia no *político*, mas no tratamento que lhe era dispensado.

Outro historiador que contribuiu para redefinir o estudo do político foi Rene Rémond. No livro intitulado *Por uma história política* (2003), o autor argumenta que o político perpassa todas as instâncias do social e que os estudos empreendidos nas últimas décadas confirmam a autonomia desse campo da pesquisa histórica. Nesta perspectiva, acreditamos que os estudos que têm o político como dimensão central constituem-se *locus* fértil na compreensão da realidade, pois reúnem em suas fronteiras os distintos níveis de tensão social com as respectivas especificidades que delineiam o seu perfil.

Mais recentemente, Pierre Rosanvallon (1996: 33-34) propôs uma história conceitual

do político, cujo objetivo é *“compreender a formação e a evolução das racionalidades políticas, isto é, dos sistemas de representações que comandam a maneira como uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação e encaram seu futuro”*. Neste intuito o pesquisador lidaria, necessariamente, com conceitos como os de igualdade, soberania e democracia. A História política se transformaria assim em campo profícuo e *“local de articulação do social e de sua representação”*.

Na esteira dos estudos que alargaram e redimensionaram as concepções do político, Almond e Verba (1989), dois estudiosos norte-americanos, definiram cultura política como um *“... conjunto de atitudes, crenças e sentimentos relativos ao funcionamento do sistema político e ao papel dos indivíduos e dos grupos sociais no interior do sistema no qual estão inseridos”* (KUSCHINIR, CARNEIRO, 1999: 230).

Desse modo, a articulação entre o estudo renovado do político, a partir de suas muitas possibilidades de abordagem, e o uso das fontes de mídia impressa tem ampliado a compreensão de determinadas práticas que transcendem as fronteiras artificialmente estabelecidas pela história oficial e por antigas memórias biográficas de caráter laudatório que eram construídas com intuito de enaltecer determinados atores políticos, revelando, assim, novas e múltiplas faces da história republicana do Brasil. No entanto, usar a mídia impressa como fonte requer cuidado e reflexão.

Considerações sobre o uso dos jornais na pesquisa histórica

Para a reflexão sobre o uso dos jornais na pesquisa histórica é preciso, primeiramente, definir o *status* dos mesmos enquanto tema ou fonte. Parece-nos claro que uma pesquisa sobre, por exemplo, o papel do *Jornal do Brasil* na construção do imaginário nacional dos governos militares brasileiros de 1964 a 1985 não pode se furtar a falar da história deste periódico, passando pela equipe editorial, a linha de editoria e a política de divulgação. Para os casos em que os jornais são apenas fontes, o debate é mais complicado.

Para aqueles que tomam os jornais como fontes, outra decisão se impõe: os mesmos são ou não a fonte principal para a pesquisa? Se não o forem, algumas informações sobre o periódico podem ser desnecessárias. Tomemos um exemplo: no caso de estudo biográfico de uma personagem como Euclides da Cunha, que teve larga contribuição como escritor, publicando em diferentes periódicos, o jornal poderá servir de fonte secundária para se verificar as possíveis fases da escrita euclidiana, seu estilo de

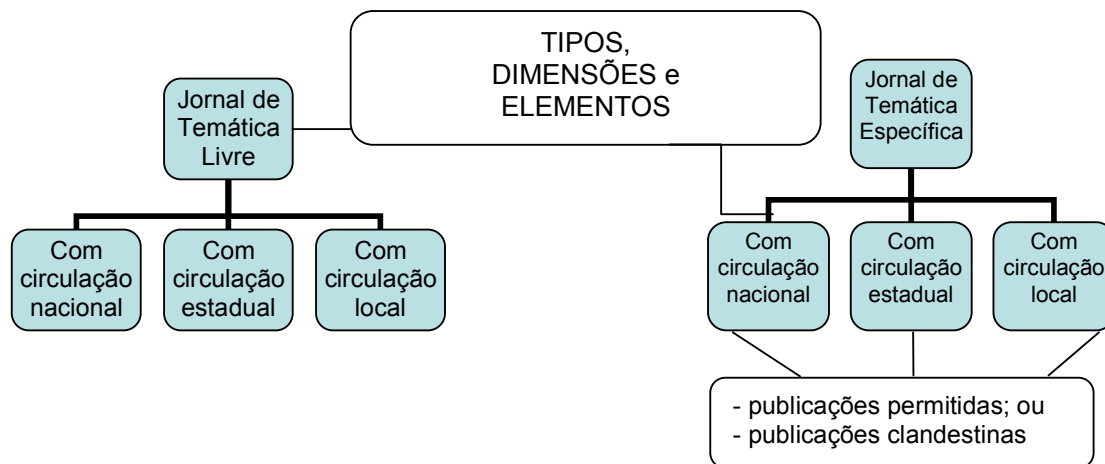
redação, dentre outros. Nesse caso, o jornal será um subsídio secundário em face da atuação profissional da personagem que se estuda, não justificando, por sua vez, uma análise mais pormenorizada da imprensa.

Ao contrário das pesquisas nas quais os jornais são apenas mais uma das fontes, investigações que têm nesse tipo de periódico seu principal amparo exigem alguns cuidados, tendo em vista que é a fonte principal que impõe o método.

Interessa-nos aqui as investigações históricas cuja fonte principal é o jornal.

De modo geral, acreditamos que os jornais, depois do advento da indústria cultural, podem ser divididos em dois tipos, cada um deles com dimensões e estas com elementos próprios. A primeira etapa seria então identificar em que grupo o jornal-fonte de uma dada pesquisa se insere (**ver organograma 1**).

Organograma 1 – CARACTERIZAÇÃO DOS JORNAIS



Chamamos de *Jornais de temática livre* os periódicos afinados com a indústria cultural, com diversidade temática, tamanho considerável, várias colunas com teor informativo, anúncios, propagandas, notícias, reportagens, opiniões e análises profissionais quanto às questões culturais, políticas e econômicas de quaisquer ordens. “A matéria básica que alimenta o jornal é a notícia, definida classicamente como o relato ágil do cotidiano que pretende responder às indagações ‘que, quem, quando, onde, porque e como’” (PEREIRA FILHO, 2004: 40); mesmo que o jornal abarque vários gêneros de textos.

São exemplos de *Jornais de temática livre* a *Folha de S. Paulo*, *O Estado de São Paulo*, o *Correio do Estado*, de Mato Grosso do Sul, *O Dia*, do Rio de Janeiro. Já *Jornal de Temática Específica* são os editados como porta-vozes de um grupo com princípios comuns, a exemplo de *A Plebe*, jornal anarquista que circulou no Brasil nas primeiras décadas do regime republicano.

Em ambos os casos, de temática livre e específicos, os jornais podem ser de circulação nacional, estadual ou local, embora seja uma tarefa árdua encontrar jornais com temática específica que consigam manter a contento a distribuição nacional. Explica-se: os periódicos vinculados a grupos ideologicamente bem definidos têm tendência a circular entre os membros e sua rede de sociabilidade mais próxima. Convém lembrar que consideramos jornais de circulação local tanto os que são distribuídos nos municípios como aqueles que chegam às cidades vizinhas da sede da redação.

Ainda no que concerne aos *Jornais de temática específica*, lembramos que eles são ora permitidos oficialmente ora clandestinos, podendo abarcar aquilo que conhecemos como imprensa alternativa ou “imprensa nanica”.

A imprensa alternativa é aquela que se afasta do complexo da indústria cultural, representando a possibilidade de construção de discurso oposto ao hegemônico. Para Francisco Bicudo Pereira Filho (2004: 64), pautando-se na obra de Bernardo Kucinski (1991),

o termo alternativa carregaria (...) quatro elementos e significados: 1) algo que não está ligado às políticas dominantes; 2) uma opção entre dois projetos opostos e excludentes; 3) uma saída para uma situação complicada; 4) desejo de protagonizar transformações sociais.

Normalmente (a imprensa alternativa) constitui-se de periódicos de menor porte, voltados para a pretensão política de grupos minoritários, com projetos de nação mais ou menos acabados. Exatamente por isso, muitas destas iniciativas foram censuras pelo Estado em tempos de maior repressão à liberdade de imprensa e do expressar do indivíduo. Este é o caso de muitos jornais comunistas e socialistas que circulavam como informativos dos movimentos de esquerda, e que foram perseguidos pelos órgãos encarregados da repressão no período dos governos militares no Brasil; naturalmente, vários outros exemplos seriam possíveis.

Qualquer pesquisador que tome um jornal como principal fonte de sua pesquisa (obviamente considerando o objeto de estudo do mesmo) deve, acreditamos firmemente,

definir em que tipo e dimensão o mesmo e encaixa e/ou será tratado. A partir de então, alguns cuidados são pertinentes.

Para *Jornais de Temática Livre*. Por se tratar de periódico maior, com edição mais sistemática e quase sempre diária, estes jornais dão ao leitor a falsa impressão de que abarcam linhas ideológicas e políticas variadas. Publicam desde anúncios de financiadores até análises político-econômicas de fundo. No entanto, a palavra escrita que difundem não é necessariamente livre porque obedece a uma linha editorial pré-definida e afinada com a cultura política dos proprietários ou mesmo dos acionistas (quando for o caso), que naturalmente leva em conta a expansão do público leitor e as exigências de mercado quanto ao conteúdo e forma de apresentação. Para tomar tais jornais como fonte é preciso conhecer a história do periódico, a linha editorial e os jornalistas permanentemente contratados no período histórico da pesquisa que por ora esteja em construção. Considerar, na medida do possível, qual o alcance da distribuição do jornal é um desafio que se impõe (se de dimensão nacional, estadual ou local). Notadamente, a distribuição informa mais sobre as intencionalidades do periódico do que da aceitação do leitor, cuja opinião dificilmente pode ser medida.

Conhecer um pouco da história da imprensa e da construção gráfica dos jornais também é importante. Vejamos um exemplo. Sobre os jornais de grande porte pós 1945 escreveu Francisco José Bicudo Pereira Filho (2004: 40-41):

Uma visão da atividade jornalística inspirada principalmente na escola norte-americana definiu ainda que (...) a notícia deve ser escrita na forma de *pirâmide invertida*, estabelecendo ordens e hierarquias da informação com os fatos principais aparecendo logo no primeiro parágrafo (o *lide*), com todos os outros elementos sendo organizados seguindo esta lógica estrutural. Esta foi a fórmula consagrada pelas grandes agências de notícias internacionais, mais enfaticamente a partir das duas grandes guerras mundiais. Aos poucos, espalhou-se pelo planeta e contaminou os diversos veículos, em distantes e diferentes países, tornando-se a tendência hegemônica.

Para *Jornais de temática* específica. Para esses se impõe as mesmas considerações anteriormente listadas para os *Jornais de temática livre*. É preciso levantar a história do periódico e avaliar ideias, posicionamentos políticos e culturais dos editores e colaboradores, bem como as possibilidades gráficas do mesmo. Tal investigação será facilitada caso o jornal tenha circulado oficialmente. No caso dos clandestinos, a tarefa do pesquisador é mais complicada, na medida em que há problemas de localização de todos

os exemplares, dúvidas quanto à assinatura das reportagens e quanto à abrangência da distribuição.

De qualquer modo, independente do jornal, o pesquisador que utiliza esse periódico como fonte não deve perder de vista que o mesmo nunca deve ser tomado com efeito de verdade, mas sim como representação de grupos sociais sobre si mesmos e a realidade que os cercam.

Referências bibliográficas

ALMOND, Gabriel A; VERBA, Sidney. *The civic culture*. Political attitudes and democracy in five nations. California: Sage Publications, Inc., 1989.

BARBOSA, Marinalva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. Disponível em: <http://www.books.google.com.br>. Acesso em 02 de set. de 2010.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, PUC, nº 35, pp. 253-270, Disponível em <<http://www4.pucsp.br/projetohistoria/series/series3.html>>. Acesso em 14 de set. de 2010.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

EISENSTEIN, Elizabeth L. *A revolução da cultura impressa*. Os primórdios da Europa Moderna. Trad. Osvaldo Biato. São Paulo: Ática, 1998. (Col. Múltiplas Escritas)

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2003.

KUSCHINIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC, v.13, n. 24, 1999, pp. 227-250. Disponível em <<http://virtualbib.fgv.br>>. Acesso em 14 de set. de 2010.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 111-153.

IMPrensa E POLÍTICA NO BRASIL: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica –
por Márcia Pereira da Silva e Gilmara Yoshihara Franco

_____ ; MARTINS, Ana Luiza (orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornais na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PEREIRA FILHO, Francisco José Bicudo. *Caros Amigos e o resgate da imprensa alternativa no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2004.

RÉMOND, René (org.) *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de estudo). *História*, São Paulo, n.15, 1996, pp. 27-39.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. S. T. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Verbetes “Indústria cultural”. In: _____ . *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005, pp. 225-230.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Recebido em: 19/09/2010
Aprovado em: 30/11/2010